

Manobra diversionista

2 NOV 1995

ESTADO DE SÃO PAULO

Falta de assunto não pode ser. Há projetos de sobra no Congresso para ocupar os parlamentares em tempo integral e, além disso, há definições políticas importantes que precisam ser feitas e demandam algum vagar e reflexão. Por essas e outras, o convite feito pelo ministro da Agricultura ao ex-presidente Itamar Franco para que seja o candidato presidencial pelo PTB deveria se inscrever naquele tipo de lisonja que tem mínimo significado prático, quase não representa compromisso, mas prende uma das partes pela vaidade. Ocorre que a conversa mantida entre o ministro da Agricultura e o ex-presidente, durante jantar na casa de um ministro do Supremo Tribunal Federal, foi dada à luz e à publicidade com a óbvia intenção de abrir o debate sucessório.

O ministro da Agricultura, ainda que chefie um partido, é político de primeira obra. Pode se dar a tais precipitações com igual resultado ao que teria se restringisse suas preocupações à safra e à reforma agrária. O ex-presidente Itamar Franco, porém, não dá ponto sem nó. Ia esquecido em Portugal até que inventou a mais esdrúxula das missões diplomáticas: é embaixador do Brasil junto ao sr. Mário Soares e não junto ao governo português. Como o presidente de lá deixa o cargo em breve, o ex-presidente de cá quer nova sinecura, uma que o aproxime do amor outonal que não pretende deixar os Estados Unidos. Ganhou, com isso, um pouquinho da notoriedade que o ridículo sempre traz. Desponta agora, nos meios de comunicação, com o teor dessa conversa privada feita para ser pública.

A última coisa que o Brasil precisa é que o debate sucessório comece no momento em que o presidente Fernando Henrique Cardoso entra no undécimo mês de seu mandato. Esta é uma precipitação que só pode atender a objetivos intermediários, aqueles que seguramente não perduram até as eleições de 1998, limitados às mais mesquinhas ambições de influência.

Há um conjunto de reformas estruturais em curso que não pode

ser prejudicado por uma manobra diversionista tão primária quanto esta, do lançamento de candidaturas improváveis. Os candidatos aparecerão no momento certo, e, em um clima de normalidade democrática como o que vivemos, isso não acontecerá antes de iniciado o último ano do atual governo.

O que precisa ser debatido desde já, e com a seriedade que o assunto exige, é a questão da reeleição do presidente da República.

O sr. Fernando Henrique Cardoso tomou consciência desse fato. Quanto mais cedo os políticos e as correntes de opinião se manifestarem, menor será a probabilidade de que a decisão final do Congresso, qualquer que seja, leve a marca do casuísmo ou do imobilismo. Existem, reconheçamos, aspectos da reforma política a merecer atenção mais urgente do Congresso. A questão do segundo mandato, no entanto, é recorrente no debate político. Apenas isso já justificaria a sua inclusão na agenda do próximo ano, para que se encerre o assunto antes das eleições municipais, de forma a dar tempo aos partidos e aos eleitores para compatibilizar princípios e interesses segundo moldura institucional previamente conhecida.

O depoimento do governador Mário Covas na Comissão Especial da Reforma Político-Partidária do Senado indica o interesse e a sensibilidade do tema. O governador não gosta da idéia da reeleição, mas avisa que não será obstáculo ao PSDB, se o partido resolver apoiar a tese. As resistências do sr. Mário Covas correm mais por conta das dificuldades causadas pela duplicidade temporária de condições do candidato-presidente do que por razões de princípio. Pergunta ele como se justificaria a utilização do avião presidencial em viagens de campanha. Ora, tais detalhes foram resolvidos, há décadas, nos países de regime presidencialista ou parlamentarista nos quais a reeleição é parte normal da vida política. A pergunta que, no debate, devemos nos fazer não é essa. Antes, precisamos nos convencer se a um presidente correto e honesto deve ser dada ou não a oportunidade de servir ao País por mais um mandato.

O lançamento precipitado de candidaturas presidenciais conturba o quadro político